



ATA DE REUNIÃO 11-12-2023

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, às 10:00h, na Sala de Reunião nº 310, situada no 3º andar, do Anexo II, do Edifício Advogado Pedro Milton de Brito, do Complexo do Tribunal de Justiça da Bahia, reuniram-se os integrantes da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão - CPAI, para tratar de assuntos da mencionada Comissão, sob a **presidência do Desembargador Rolemberg Costa e do Desembargador Paulo Cesar Bandeira de Melo Jorge. Presentes o Desembargador Paulo Cesar Bandeira de Melo Jorge, e os magistrados Dra. Marielza Maués Pinheiro Lima, o Magistrado Rilton Goes Ribeiro.** Ausentes, mas justificaram a ausência o Desembargador Rolemberg Costa, encontra-se de férias, e a juíza Maria do Rosário Passos da Silva Calixto, justificou ausência. Para além destes, presentes os servidores integrantes desta Comissão: Carolina Argolo Brasil, Diva Maria de Jesus Roxinho, Pedro Vivas (SEPLAN), João Eudes Alves Ferreira, Willian de Novaes Coutinho, Jorge Medrado Júnior, Maria Clara Jesus Reis, Leonice Santos Salgado, José Romilson Mascarenhas e Emile Rocha Rios Moreira representando Moisés Bisesti de Queiroz - Assessor de Comunicação. A servidora Eveline Aguiar dos Santos Alves, encontra-se em licença maternidade. Não houve participação na reunião de forma telepresencial através do sistema Lifesize - Extensão 6408855, os servidores. Lista de presença em anexo. A reunião foi conduzida pelo Desembargador Paulo Cesar Bandeira de Melo Jorge. Passando-se a discussão da seguinte pauta: **1.TJ- ADM - 2021/01460: (PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO N.º 07/2021 - ADEQUAÇÃO A NOVA REDAÇÃO DA RESOLUÇÃO CNJ N.º 343/2020).** O Desembargador Paulo Cesar Bandeira de Melo Jorge – Vice-Presidente da Comissão – apresentou a proposta de atualização da Resolução nº 07/2021 para adequá-la à nova redação do art. 3º da Resolução CNJ nº 343/2020, dada pela Resolução nº 503/2023, a fim de garantir que comprovada inviabilidade de realização de audiência por videoconferência ou por intermédio de outro recurso tecnológico, será designado Magistrado(a) para presidir o ato ou servidor(a) para auxiliar o Juízo. Em seguida, a Magistrada Marielza Maués Pinheiro Lima pontuou acerca da dificuldade de quem tem filho PCD em conseguir o teletrabalho, informou que tem sido uma discussão dos fóruns em âmbito nacional, não sendo unicamente no TJBA, ainda ressaltou que essa mudança já representa um avanço, mas a primeira medida a ser adotada é o aprimoramento da concessão de teletrabalho, ou seja, para que torne-se menos restritivo. Ainda, concedida a palavra ao servidor Pedro Vivas pontuou que a Resolução nº 07/2021, não obriga ao TJBA a garantir o



fornecimento dos equipamentos de trabalho ao servidor ou magistrado em teletrabalho, e também enfatizou a necessidade de atualização da presente resolução, com a finalidade dessa garantia. Texto aprovado à unanimidade dos presentes, nos termos do documento em anexo. Porém, sugeriu atualização da presente resolução e outras afins, versando a obrigatoriedade do fornecimento de equipamentos para servidores e magistrados em teletrabalho. **2. RELATÓRIO ANUAL DA CPAI.** Em continuidade, foi explanado o relatório anual pelo Desembargador Paulo Cesar Bandeira de Melo Jorge: **2.1 Comunicações:** Expedição de ofício para participação da Semana Nacional de Acessibilidade e Inclusão nas unidades judiciais do TJBA; **2.2 Reuniões realizadas:**

Dia	Pauta	Participantes
23/01	<p>Proposta da oficina envolvendo Comissões de Acessibilidade e de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e Outras formas de Discriminações;</p> <p>Divulgação do calendário inclusivo da acessibilidade;</p> <p>Proposta do Plano de Ação 2023.</p>	Membros da Comissão
13/03	<p>Apresentação e votação da proposta de atualização da Resolução TJBA Nº 07/202 (Garantir o teletrabalho integral às servidoras gestantes e lactantes;</p> <p>Designação de um representante da CPAI para compor a Comissão de Prevenção e enfrentamento ao assédio moral e sexual;</p> <p>Apresentação das obras de adaptação dos prédios do TJBA (Implantação das normas de Acessibilidade).</p>	Membros da Comissão



17/04	<p>Apresentação do Projeto “Ampare” com o objetivo de capacitação dos estagiários do TJBA;</p> <p>Apresentação dos cartazes da campanha “Multa Moral” e definição de estratégia de distribuição.</p>	Membros da Comissão.
15/05	<p>Debate sobre as medidas para implantação do plano de ação aprovado no ano anterior;</p> <p>Divulgação do calendário inclusivo da acessibilidade.</p>	Membros da Comissão.
16/06	<p>Plano de ação – Círculos Integrativos;</p> <p>Divulgação do calendário inclusivo da acessibilidade.</p>	Membros da Comissão.
31/07	<p>Organização da Semana da Pessoa com Deficiência;</p> <p>Divulgação do calendário inclusivo da acessibilidade.</p>	Membros da Comissão.
14/08	<p>Semana da Pessoa com Deficiência: Apresentação: Opaxorô Cia de Dança da APAE com a coreografia “Um corpo no mundo”; Aula Premium em parceria com o Projeto Ampare; Apresentação do coral do TJBA; Apresentação do Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual – CAP; Apresentação do Musical da Associação de Amigos do Autista da Bahia – AMA; Apresentação</p>	Membros da Comissão.



	do Grupo Musical da Associação Baiana de Cegos.	
18/09	Divulgação do calendário inclusivo da acessibilidade; Retrospectiva sobre a Semana da PCD.	Membros da Comissão.
23/10	Apresentação da Resolução Nº 12, DE 30 de agosto, que instituiu o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI); Envio da proposta do curso de Libras; Divulgação do calendário inclusivo da acessibilidade.	Membros da Comissão.
13/11	Apresentação das obras de adaptação dos prédios do TJBA (Instalação de elevadores plataformas de elevadores); Divulgação do calendário inclusivo da acessibilidade.	Membros da Comissão.
11/12	Proposta de atualização da Resolução nº 07/2021 – Adequação a nova redação da Resolução CNJ nº 342/2020; Divulgação do calendário inclusivo da acessibilidade. Inventário.	Membros da Comissão.

2.3 Eventos realizados: Oficina Sentindo na Pele – Atividade desenvolvida dentro do Curso de Atendimento à Pessoa com Deficiência e Acessibilidade Atitudinal no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia; **2.4 Palestra sobre:** Explicação feita pelo palestrante Marcelo Zig (Filósofo e Consultor em diversidade e inclusão),



Explicação feita pelo Dr. Mario Lima (Procurador do Estado da Bahia) – Desafios da Pessoa com Deficiência diante do ordenamento jurídico, Explicação feita pelo Dr. Érico Penna (Defensor Público do Estado da Bahia) – Atuação da Defensoria Pública do Estado da Bahia na defesa da Pessoa com Deficiência, Explicação feita pela Dra. Fabíola Mansur (Deputada Estadual) – Propostas Legislativas voltadas para atendimento e inclusão da Pessoa com Deficiência; **2.5. Ações realizadas:** Apresentação dos cartazes da Campanha “Multa Moral” e definição de estratégia de distribuição, Entrega de Alimentos ao Lar Vida, Divulgação do Guia da Comissão de Acessibilidade e Inclusão em outros Tribunais. **2.6. Projetos em andamento:** Obras de adaptação dos prédios do TJBA (Implantação das normas de Acessibilidade em Comarcas da Capital e Interior). **O QUE OCORRER:** O servidor Pedro Vivas relatou sobre a importância da divulgação e colaboração na campanha “Natal de Luz”, com o objetivo de presentear o servidor João Eudes – membro da comissão - com os óculos Orcam MyEye 2, que permite o acesso fácil, intuitivo e instantâneo à informação. A próxima reunião fica, de logo, agendada para o dia 15 de janeiro de dois mil e vinte e quatro, às 10h, em sala do Anexo II, sendo que, posteriormente, haverá aviso específico no grupo do whatsapp. **Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e lavrada a presente ata que será assinada pelo Desembargador Vice- Presidente da Comissão.**


Desembargador **PAULO CESAR BANDEIRA DE MELO JORGE**

Vice - Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão